

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.070.684 - DF (2017/0059240-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : FRANCISCO LUIZ ESCORCIO LIMA**  
**ADVOGADO : JULIANA NUNES ESCORCIO LIMA MOURA E OUTRO(S) - DF034507**  
**AGRAVADO : SINIAT S.A. MINERACAO, INDUSTRIA E COMERCIO**  
**ADVOGADO : ANA PAULA SPYRIDES CUNHA E OUTRO(S) - RJ123131**  
**INTERES. : PAULISTA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **FRANCISCO LUIZ ESCÓRCIO LIMA**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 366/368, e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 276/277, e-STJ):

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PREJUDICIALIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRELIMINARES REJEITADAS. INOVAÇÃO RECURSAL. PENHORA DE BEM DOS SÓCIOS. INDICAÇÃO DE BEM. RESPEITO A MEAÇÃO DO CÔNJUGE. DESCONSTITUIÇÃO PARCIAL DA PENHORA. SENTENÇA MANTIDA.

1. A legitimidade é a pertinência subjetiva da demanda, a situação legal que permite a um determinado sujeito propor a demanda judicial e a outro formar o polo passivo dessa.

Portanto, tem legitimidade para interpor os embargos de terceiro e o respectivo recurso, quem é proprietário comum do bem que está sendo objeto de penhora. Rejeito a preliminar suscitada.

2. O interesse processual se consubstancia na necessidade do autor vir em juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar. Na hipótese, o apelante tem interesse em obstar a penhora do imóvel e está legalmente utilizando da forma processual que lhe é permitida.

3. Há inovação recursal de matéria não ventilada nos embargos de terceiros, quanto à suspensão do processo em razão da existência de outra demanda. Portanto, aplica-se o princípio do tantum devolutum quantum appellatum. Ademais, eventual compensação de crédito deve ser aferida por ocasião da liquidação e cumprimento de sentença.

4. Na hipótese, somente a meação da administradora da pessoa jurídica responde pela dívida, ficando resguardada a meação do apelante. Logo, uma vez preservada a meação do cônjuge sobre o imóvel objeto de constrição em processo de execução, não há razão para a desconstituição total da penhora. Destarte, a sentença deve ser mantida.

5. Preliminares rejeitadas. Acolhida a inovação recursal e não conhecida matéria atinente a suspensão do processo.

6. Recurso conhecido parcialmente e negado o seu provimento.

Sentença mantida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 314/330, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre embargos de terceiros visando levantar a constrição judicial que recai sobre bem imóvel. O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido. O Tribunal *a quo* manteve incólume a sentença.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente aponta ofensa aos artigos 795, CPC/15, 40, 44 e 45, do CC/02. Sustenta, em síntese, que a penhora é indevida, pois deveria incidir, inicialmente, sobre os bens da sociedade empresária.

Contrarrazões (fls. 353/364, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de que rever o entendimento do Tribunal local demandaria o reexame de fatos e provas (súmula 07 do STJ).

Daí o presente agravo (fls. 370/377, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 382/390 e 391/399, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. No que respeita à afronta do disposto nos artigos 40, 44 e 45 do CC/02, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

3. No mérito, o Tribunal de origem consignou que "*Compulsando os autos verifico, conforme ressaltou o magistrado que a esposa do apelante ofereceu a penhora do imóvel objeto do imóvel, conforme consta à fl. 85. Neste sentido, não há que se falar em necessidade de desconsideração da pessoa jurídica para alcançar os bens particulares, uma vez que a própria sócia indicou o bem a ser penhorado*" (fl. 284, e-STJ), **fundamento este não impugnado no recurso especial.**

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*").

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

**1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.**

2. O "plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daqueloutra, comum, prevista na lei civil". (REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ.

1. Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de normas constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

**2. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).**

3. A identificação de requerimento para produção de provas, cujo não atendimento propiciou o cerceamento de defesa com o julgamento antecipado do feito, não configura decisão extra petita.

4. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1082300/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 17/09/2018)

**4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.**

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

